

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 – Empresa do Sistema Petrobras

Relatório da Administração 2016



1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Preparado pelos administradores da Gaspetro para a apreciação dos Acionistas, este documento reúne o Relatório da Administração com as Demonstrações Financeiras da Companhia, o Relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

O ano de 2016 foi marcado por ações judiciais, face ao descontentamento de agentes quanto ao processo de alienação parcial das ações da companhia. Ações foram adotadas pela Companhia e seus acionistas para eliminar entraves judiciais que buscaram inviabilizar operação normal da Gaspetro, tendo sido restabelecida em 23/08/2016 a estrutura de Governança da Companhia.

O cenário de retração da economia do país, aliada a uma baixa necessidade de despacho termelétrico a gás natural afetou os negócios da Companhia, e podemos afirmar que esse ano foi marcado pela manutenção de baixos volumes de vendas de gás natural. A apreciação gradual do Real frente ao Dólar norte americano ao longo do ano favoreceu a recuperação parcial de margens para as companhias que utilizam o gás natural importado.

Em adição, 2016 foi o ano do início da transformação do mercado de gás natural do Brasil. A Petrobras, nossa acionista majoritária, indicou não ter interesse de permanecer como supridor único do mercado.

Para adequar as atividades do setor de gás natural a este novo momento do mercado com a redução da participação da Petrobras em diversos segmentos da cadeia, o Ministério de Minas e Energia (MME) criou um fórum de discussões com os agentes da indústria, chamado de "Gás para Crescer", de forma a estabelecer medidas efetivas de aprimoramento das normas do setor visando um mercado com diversidade de agentes, competitividade e que contribua para o crescimento do país.

Ao longo de 2017, a Gaspetro deverá acompanhar estas iniciativas e atuar, quando necessário, de forma a garantir o espaço do seu negócio, conforme orientação de seus acionistas.

Agradecemos a todos que de forma direta ou indireta contribuíram para o desenvolvimento da nossa empresa.

Diretoria Executiva
Conselho de Administração

2. A GASPETRO

A Petrobras Gás S.A. – Gaspetro é uma companhia de capital fechado que tem como acionistas a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (51%) e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (49%). Essa configuração societária iniciou-se a partir da alienação parcial das ações, detidas pela Petrobras, em processo concluído em 28/12/2015, através da assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

Atualmente, fruto da citada alienação parcial das ações detidas pela Petrobras, o capital social da Gaspetro passou a ser distribuído da seguinte forma:

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS			AÇÕES PREFERENCIAIS (TOTAL (CLASSE "A" + "B"))			TOTAL GERAL		
	QTDE	VALOR	%	QTDE	VALOR	%	QTDE	VALOR	%
Petrobras	56.607	334.314.138,11	51,00%	2	11.811,76	100,00%	56.609	334.325.949,87	51,001%
Mitsui Gás	54.386	321.197.179,07	49,00%	0	-	0,00%	54.386	321.197.179,07	48,999%
TOTAL	110.993	655.511.317,18	100,00%	2	11.811,76	100,00%	110.995	655.523.128,94	100,00%

Sobre os resultados auferidos pela Companhia em 2016, pode-se relatar que o lucro líquido auferido pela Gaspetro (Controladora) foi de R\$ 294,7 milhões em 2016, 31% inferior ao apurado no ano anterior (R\$ 425,8 milhões), em decorrência, principalmente, do impacto do resultado de empresas transportadoras no ano de 2015 anteriormente à cisão, da redução do resultado financeiro líquido face aos menores volumes de recursos disponíveis e do ajuste no resultado da Gasbrasiliano pela baixa parcial do ativo financeiro. Estes fatores foram compensados em parte pelos seguintes itens:

- Melhores margens de contribuição de distribuidoras da Região Sul;
- Impacto, em 2015, do provisionamento de obrigações relativas a programa de incentivo ao consumo de gás pela Potigás, não verificado em 2016;
- Aumento de despesas em face de estruturação da companhia e início do reembolso da remuneração de diretores para os acionistas.

Ressalta-se ainda que Teste de *Impairment* dos investimentos da Gaspetro nas distribuidoras de gás natural indicaram a manutenção da baixa contábil (*impairment*), realizada em 2015, no valor de R\$ 5,7 milhões, que evidenciaram a ausência ainda de perspectivas formais com relação aos resultados futuros esperados relativos às distribuidoras parcialmente operacionais (Cegás e Goiasgás) e pré-operacionais (Gasap, Gaspisa e Rongás).

A Administração acredita que o ano de 2017, por sua vez, trará importantes desafios para a administração da

Gaspetro, que trabalhará na consolidação da parceria com a Mitsui Gás, buscando o aperfeiçoamento dos processos internos e da governança da companhia, mantendo a excelência técnica e o desenvolvimento contínuo das companhias de distribuição de gás natural onde participam, bem como a adaptação dos requisitos indicados pelos dispositivos legais promulgados relativos à governança das empresas estatais, mais especialmente à Lei nº 13.303/2016 e o Decreto nº 8.945/2016.

3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de Governança atual da Gaspetro é formada pelos seguintes órgãos colegiados:

- **Conselho de Administração:** formado por sete membros, com mandatos de três anos, que se reúnem uma vez por mês e excepcionalmente, se necessário. Em 2016 foram realizadas 7 (sete) reuniões. O Conselho tem como atribuições principais, definir as diretrizes estratégicas da Gaspetro e supervisionar os atos de gestão da Diretoria Executiva. É o órgão de direção superior, não exercendo função deliberativa;
- **Diretoria Executiva:** formada por quatro membros (Diretor Presidente, Diretor Operacional, Diretor Financeiro e Diretor Corporativo), eleita pelo Conselho de Administração, para mandatos de três anos. Em 2016 foram realizadas 34 (trinta e quatro) reuniões, tendo sido deliberados assuntos relativos às empresas em que a Gaspetro possui participações, além de temas associados à própria atividade e estrutura da Gaspetro; e,
- **Conselho Fiscal:** formado por três membros, eleito anualmente em Assembleia Geral Ordinária. É um órgão fiscalizador e opinativo sobre matérias atinentes à sua função, que são encaminhadas para deliberação em assembleia geral. Em 2016 foram realizadas 6 (seis) reuniões deste Conselho.

O Conselho de Administração conta, ainda, com uma Auditoria Interna permanente, que avalia as atividades e controles internos e realiza serviços de auditoria na controlada e nas coligadas da Gaspetro.

A Gaspetro adota as melhores práticas de governança corporativa, utiliza instrumentos de gestão empresarial, de gestão de risco e *compliance* e, adicionalmente, também passou a adotar as políticas e procedimentos anticorrupção do acionista Mitsui Gás.

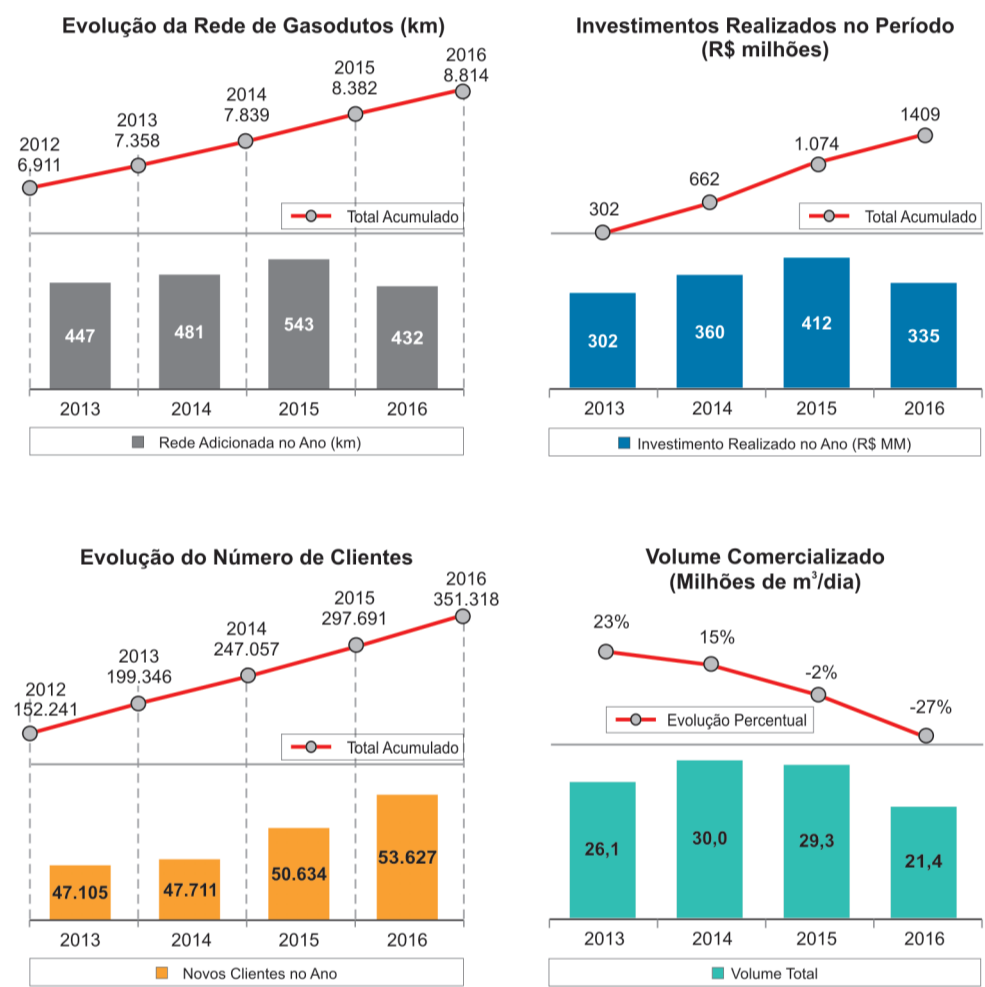
Em complemento a esses mecanismos, a Gaspetro utiliza ainda serviços de auditoria externa independente, cujo objetivo é verificar e atestar a exatidão das demonstrações contábeis da Companhia.

4. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS DAS PARTICIPAÇÕES EM DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL

A Gaspetro possui, atualmente, participação acionária em 19 empresas de distribuição de gás natural, que investiram, em 2016, R\$ 335 milhões na expansão da rede de distribuição e a captação de aproximadamente 54 mil novos clientes neste ano.

Ao longo dos últimos quatro anos, essas companhias distribuidoras investiram R\$ 1.409 milhões na construção de 1.903 km de gasodutos de distribuição, garantindo o atendimento de 199 mil novos clientes de gás natural no país e a comercialização de 21,4 milhões de m³ de gás natural por dia em 2016, o que representou 42% do mercado nacional de distribuição de gás natural.

A evolução dos indicadores das distribuidoras com participação da Gaspetro está representada no conjunto de gráficos a seguir:



O volume total comercializado reduziu 27% em relação a 2015, com a queda de 8,5% das vendas no mercado não térmico e 47% no mercado térmico.

Dentre as principais realizações das companhias distribuidoras em 2016 pode-se destacar:

- A Ceg Rio comercializou 6,3 milhões m³/dia de gás natural este ano, representando uma redução de 39% comparando com o ano de 2015 devido a grande redução do despacho termelétrico;
- A Sulgás foi líder em expansão de rede pelo segundo ano consecutivo construindo 94 km de rede em 2016.
- A Ceg Rio e a Sulgás incorporaram, respectivamente, 8.671 e 8.573 novos clientes em 2016, sendo as distribuidoras com maior expansão do número de clientes este ano dentre as companhias distribuidoras de gás com participação acionária da Gaspetro.

5. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei de Acesso a Informação - LAI (Lei 12.527/2011) regulamenta o direito à informação, garantido pela Constituição Federal, obrigando a Administração Pública Direta e Indireta das três esferas de Poder a considerar a publicidade como regra e o sigilo como exceção.

Com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública, a Gaspetro utiliza o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC do acionista Petrobras.

No ano de 2016, foram recebidas 5 (cinco) manifestações através do canal da Ouvidoria, todas tempestivamente respondidas.

Balanco Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	3.199	2.696	1	586
Contas a receber, líquidas	9	239.283	288.356	159.165	156.861
Imposto de renda e contribuição social	16.1	15.836	2.267	13.455	755
Impostos e contribuições	16.1	7.742	6.342	409	3.171
Outros ativos circulantes		2.565	2.871	-	-
		<u>268.625</u>	<u>302.532</u>	<u>173.030</u>	<u>161.373</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber, líquidas	9	55.516	55.897	-	-
Depósitos judiciais	23.2	2.333	1.714	2.333	1.714
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.2	63.204	73.855	-	11.766
Impostos e contribuições	16.1	3.161	1.624	-	-
Ativo financeiro de concessão	10	25.421	47.725	-	-
Impostos em litígio	23.4	101.402	90.781	101.402	90.781
Outros ativos realizáveis a longo prazo		5.192	4.004	4.192	3.854
		<u>256.229</u>	<u>275.600</u>	<u>107.927</u>	<u>108.115</u>
Investimentos	11	1.279.001	1.121.869	1.777.956	1.661.184
Imobilizado	12	2.831	3.566	-	-
Intangível	13	304.396	310.064	-	-
		<u>1.842.457</u>	<u>1.711.099</u>	<u>1.885.883</u>	<u>1.769.299</u>
		<u>2.111.082</u>	<u>2.013.631</u>	<u>2.058.913</u>	<u>1.930.672</u>

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Circulante					
Fornecedores	14	29.267	73.528	10.181	17.340
Adiantamento de cliente		-	4.930	-	4.930
Imposto de renda e contribuição social	16.1	-	1.398	-	1.398
Impostos e contribuições	16.1	16.084	6.685	5.824	1.068
Dividendos propostos	17.5	22.711	25.007	22.711	25.007
Juros sobre capital próprio a pagar		47.476	-	47.476	-
Outras contas e despesas a pagar		15.260	13.694	208	167
		<u>130.798</u>	<u>125.242</u>	<u>86.400</u>	<u>49.910</u>
Não circulante					
Provisão para processos judiciais	23.1	10.031	10.165	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.2	995	-	995	-
Obrigações estatutárias	17.4	104.055	97.291	104.055	97.291
Outras contas e despesas a pagar		431	1.086	-	-
		<u>115.512</u>	<u>108.542</u>	<u>105.050</u>	<u>97.291</u>
		<u>246.310</u>	<u>233.784</u>	<u>191.450</u>	<u>147.201</u>
Patrimônio líquido	17				
Capital social realizado		655.522	655.522	655.522	655.522
Transações de capital		910.736	910.736	910.736	910.736
Reserva de capital		560	560	560	560
Reservas de lucros		297.954	213.029	300.645	216.653
		<u>1.864.772</u>	<u>1.779.847</u>	<u>1.867.463</u>	<u>1.783.471</u>
		<u>2.111.082</u>	<u>2.013.631</u>	<u>2.058.913</u>	<u>1.930.672</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 – Empresa do Sistema Petrobras

Demonstração de Resultado

*Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)*

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2016	2015	2016	2015
Receita de vendas e serviços	18	334.224	1.659.752	–	–
Custo dos produtos e serviços vendidos	20	(246.074)	(543.886)	–	–
Lucro bruto		88.150	1.115.866	–	–
Receita de construção da infraestrutura		19.743	21.041	–	–
Custo da construção da infraestrutura		(19.743)	(21.041)	–	–
Lucro bruto após construção da infraestrutura		88.150	1.115.866	–	–
Receitas (despesas)					
Vendas	20	(11.254)	(8.821)	–	–
Gerais e administrativas	20	(51.843)	(123.055)	(33.443)	(29.088)
Tributárias	20	(10.043)	(10.745)	(9.432)	(9.810)
Outras receitas (despesas), líquidas	19	(7.257)	(17.782)	383	(15.999)
		(80.397)	(160.403)	(42.492)	(54.897)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, participações e impostos		7.753	955.463	(42.492)	(54.897)
Resultado financeiro líquido	21	15.982	(442.775)	32.352	204.011
Receitas financeiras		48.599	112.631	35.259	113.199
Despesas financeiras		(24.744)	(59.331)	(8)	(300)
Variações monetárias e cambiais líquidas		(7.873)	(496.075)	(2.899)	91.112
Resultado de participações em investimentos	11.2	291.454	157.484	320.083	338.654
Lucro antes dos impostos		315.189	670.172	309.943	487.768
Imposto de renda e contribuição social	16.3	(19.557)	(138.292)	(15.244)	(61.964)
Lucro do exercício		295.632	531.880	294.699	425.804
Atribuível aos:					
Acionistas da Gaspetro		295.632	427.573	294.699	425.804
Acionistas não controladores		–	104.307	–	–
		295.632	531.880	294.699	425.804
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	17.6	2,66	3,85	2,66	3,84

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

As demonstrações do resultado abrangente não foram apresentadas uma vez que não há componentes de outros resultados abrangentes.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

*Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)*

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro do exercício	295.632	531.880	294.699	425.804
Ajustes para:				
Despesa atuarial de plano de pensão e saúde	–	7.527	–	–
Resultado de participações em investidas	(291.454)	(157.484)	(320.083)	(338.654)
Depreciação e amortização	16.233	169.181	1.646	1.646
Perdas em crédito de liquidação duvidosa	638	(476)	–	–
Provisão para perdas com processos judiciais	2.654	7.732	–	7.001
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros não realizados e outras	18.961	545.656	13.987	44.194
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(27.299)	(76.252)	(14.697)	(40.606)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	11.646	(29.572)	12.761	13.317
Redução (aumento) de ativos				
Contas a receber	23.664	(307.073)	12.567	(131.984)
Outros ativos	17.644	(52.114)	(11.240)	1.812
Aumento (redução) de passivos				
Fornecedores	(44.261)	(12.575)	(7.159)	(19.207)
Impostos e contribuições	(11.943)	12.015	(5.672)	15.072
Outros passivos	(4.018)	5.638	(4.886)	23.842
Recursos líquidos gerados (utilizados) pelas atividades operacionais	8.097	644.083	(28.077)	(7.763)
Atividades de investimentos				
Aquisições de ativos imobilizados e intangíveis	(19.743)	(78.137)	–	(469)
Aportes em participações	(402)	–	(402)	–
Resgate (investimentos) em recebíveis de ativos financeiros	66.578	(53.430)	34.071	(56.955)
Dividendos recebidos	115.320	140.369	163.170	411.493
Recursos líquidos gerados nas atividades de investimentos	161.753	8.802	196.839	354.069
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital	–	284.426	–	284.426
Amortizações de principal	–	(29.818)	–	–
Amortizações de juros	–	(51.008)	–	–
Dividendos pagos a acionistas da Gaspetro	(169.347)	(630.148)	(169.347)	(630.148)
Dividendos pagos a acionistas não controladores	–	(208.396)	–	–
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(169.347)	(634.944)	(169.347)	(345.722)
Reorganização societária (*)	–	(15.837)	–	–
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	503	2.104	(585)	584
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.696	592	586	2
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	3.199	2.696	1	586

(*) Refere-se ao caixa da TBG transferido para a Logigás, conforme descrito nota explicativa 2.2.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Outros resultados abrangentes				Reserva de capital				Reservas de lucros				Total do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora	Ativo diferido	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido consolidado		
	Capital subscrito e integralizado	Transações de capital	Ganhos (perdas) atu-ariais com planos de benefícios definidos	Incentivos fiscais	Legal	Dividendos adicionais propostos	Reserva especial	Lucros Acumulados	Legal	Reserva especial	Lucros Acumulados	Legal					Reserva especial	Lucros Acumulados
Saldo em 1º de janeiro de 2015	561.547	910.736	3.122	560	75.000	284.426	767.000	–	–	–	–	2.602.391	(8.100)	–	2.594.291			
Aumento de capital	1.051.425	–	–	–	–	–	(767.000)	–	–	–	–	284.425	–	–	284.425			
Cisão em 10 de dezembro de 2015	(957.450)	–	(3.122)	–	–	–	–	(100.333)	–	–	–	(1.060.905)	2.707	(253.278)	(1.311.476)			
Dividendos adicionais aprovados	–	–	–	–	–	(284.426)	–	–	–	–	–	(284.426)	–	(145.944)	(430.370)			
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	–	–	425.804	–	–	–	425.804	1.769	104.307	531.880			
Destinações:																		
Apropriações do lucro líquido em reservas	–	–	–	–	16.274	125.379	–	(141.653)	–	–	–	–	–	–	–			
Apropriações do lucro líquido em obrigações	–	–	–	–	–	–	–	(97.291)	–	–	–	(97.291)	–	–	(97.291)			
Dividendos	–	–	–	–	–	–	–	(86.527)	–	–	–	(86.527)	–	–	(86.527)			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	655.522	910.736	–	560	91.274	125.379	–	–	–	–	–	1.783.471	(3.624)	(294.915)	1.484.932			
Dividendos adicionais aprovados	–	–	–	–	–	–	–	216.653	–	–	–	1.783.471	(3.624)	–	1.779.847			
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	(125.379)	–	–	–	–	–	(125.379)	–	–	(125.379)			
Destinações:																		
Apropriações do lucro líquido em reservas	–	–	–	–	14.735	56.035	138.601	(209.371)	–	–	–	–	–	–	–			
Apropriações do lucro líquido em obrigações	–	–	–	–	–	–	–	(6.959)	–	–	–	(6.959)	–	–	(6.959)			
Dividendos e juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	–	–	(78.369)	–	–	–	(78.369)	–	–	(78.369)			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	655.522	910.736	–	560	106.009	56.035	138.601	–	–	–	–	1.867.463	(2.691)	–	1.864.772			
	655.522	910.736	–	560	–	–	–	300.645	–	–	–	1.867.463	(2.691)	–	1.864.772			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Consolidado		Controladora		Consolidado	Controladora
	2016	2015	2016	2015		
Receitas						
Vendas de produtos, serviços e outras receitas	425.383	2.004.799	970	21.056		
Perdas em créditos de liquidação duvidosa	(638)	476	–	–		
Receitas relativas à construção de ativos para uso	19.743	21.041	–	–		
	444.488	2.026.316	970	21.056		
Insumos adquiridos de terceiros						
Produtos para revenda	(208.690)	(294.584)	–	–		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(71.360)	(127.200)	(15.469)	(48.432)		
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(58.247)	(67.886)	–	–		
	(338.297)	(489.670)	(15.469)	(48.432)		
Valor adicionado bruto	106.191	1.536.646	(14.499)	(27.376)		
Depreciação e amortização	(16.233)	(169.181)	(1.646)	(1.646)		
Valor adicionado líquido produzido/(consumido) pela Companhia	89.958	1.367.465	(16.145)	(29.022)		
Valor adicionado recebido em transferência						
Resultado de participações em investimentos	291.454	157.484	320.083	338.654		
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	59.864	117.738	51.498	248.112		
	351.318	275.222	371.581	586.766		
Valor adicionado a distribuir	441.276	1.642.687	355.436	557.744		
Distribuição do valor adicionado						
Pessoal e administradores						
Salários e participações	30.891	101.366	15.354	15.217		
Benefícios	1.801	20.332	–	–		
FGTS	726	5.363	–	–		
	33.418	127.061	15.354	15.217		
Tributos						
Federais	45.274	290.501	24.671	71.774		
Estaduais	18.486	128.925	5	–		
	63.760	419.426	24.676	71.774		
Instituições financeiras e fornecedores						
Juros, variações cambiais e monetárias	43.882	560.513	19.146	44.101		
Despesas de aluguéis	4.584	3.807	1.561	848		
	48.466	564.320	20.707	44.949		
Acionistas						
Dividendos	78.369	211.906	78.369	211.906		
Resultado dos acionistas não controladores	–	104.307	–	–		
Lucros retidos	217.263	215.667	216.330	213.898		
	295.632	531.880	294.699	425.804		
Valor adicionado distribuído	441.276	1.642.687	355.436	557.744		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. A Companhia e suas operações

A Petrobras Gás S.A. - Gaspetro (denominadas, em conjunto, "Gaspetro" ou a "Companhia"), tem por objeto a participação em sociedades as quais desempenham as atividades de comercialização, importação, exportação, armazenamento e distribuição de gás natural. A sede social da Companhia está localizada no Rio de Janeiro - RJ.

Para cumprir sua missão, a Companhia vem desenvolvendo projetos em parceria, por meio da participação no capital de empresas. Dentre os projetos que têm participação da Gaspetro, destaca-se a controlada Gas Brasileira Distribuidora S.A., além de participações societárias (empreendimentos controlados em conjunto) em companhias estaduais distribuidoras de gás natural canalizado, descritas na nota 11.1.

Após cisão parcial em 10 de dezembro de 2015, a Gaspetro passou a deter apenas as participações societárias nas distribuidoras de gás natural. As participações societárias nas transportadoras de gás, Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - TBG, Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. - TSB, TNG Participações Ltda, GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda., TMN Transportadora S.A., Indústria Carboquímica S.A. - ICC e Gás Transboliviano S.A. - GTB, foram transferidas para a Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás.

A Companhia mantém transações relevantes com sua controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o plano de negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas neste contexto.

2. Reestruturação societária

2.1. Cisão parcial do patrimônio da Gaspetro e constituição de nova Companhia

Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de dezembro de 2015, foi aprovada a cisão parcial da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e a constituição da Petrobras Logística de Gás S.A. - Logigás. O acervo líquido foi formado por determinados ativos e passivos apurados a valor contábil, na data base de 31 de maio de 2015, sendo que, todas as variações patrimoniais posteriores a esta data até a efetiva cisão foram (i) refletidas e alocadas à Petrobras

Logística de Gás S.A., caso tais variações sejam relativas à parcela do patrimônio líquido da Gaspetro vertida, ou (ii) retidas pela Gaspetro, caso tais variações sejam relativas ao acervo que permaneceu na Companhia.

O acervo líquido cindido pela Companhia, em 10 de dezembro de 2015, era de R\$ 1.060.905.

2.2. Venda de participação na Gaspetro

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 – Empresa do Sistema Petrobras

Assim, a Governança da Gaspetro foi restabelecida, passando a ter plena eficácia o Estatuto Social e o Acordo de Acionistas da Gaspetro.

3. “Operação Lava Jato” e seus reflexos na Companhia

Em 2009, a Polícia Federal brasileira iniciou uma investigação denominada “Operação Lava Jato”, visando apurar práticas de lavagem de dinheiro por organizações criminosas em diversos estados brasileiros. A Operação Lava Jato é uma investigação extremamente ampla com relação a diversas práticas criminosas e vem sendo realizada através de várias frentes de trabalho, cujo escopo envolve crimes cometidos por agentes atuando em várias partes do país e diferentes setores da economia.

A partir de 2014, o Ministério Público Federal concentrou parte de suas investigações em irregularidades envolvendo empreiteiras e fornecedores da Petrobras e descobriu um amplo esquema de pagamentos indevidos, através do qual essas empresas, entre janeiro de 2004 e abril de 2012, se organizaram em cartel para obter contratos com a Petrobras, impondo gastos adicionais nestes contratos e utilizando estes valores adicionais para financiar pagamentos indevidos a partidos políticos, políticos eleitos ou outros agentes políticos, empregados de empreiteiras e fornecedores, ex-empregados da Petrobras, entre outros envolvidos no esquema de pagamentos indevidos. A Petrobras e suas controladas não realizaram qualquer pagamento indevido.

Além do esquema de pagamentos indevidos descrito acima, as investigações evidenciaram casos específicos em que outras empresas também cobraram gastos adicionais e supostamente utilizaram estes valores para financiar pagamentos a determinados ex-empregados da Petrobras.

A Petrobras monitorou as investigações da "Operação Lava Jato" efetuadas pelas autoridades brasileiras e pela investigação interna independente conduzida por escritórios de advocacia. As investigações externas envolvem também outras empresas do Sistema Petrobras, incluindo a Petrobras Gás S.A. - Gaspetro. Como resultado, não foram identificadas informações que ensejassem qualquer impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

4. Base de apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis incluem:

Demonstrações contábeis consolidadas

– As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Demonstrações contábeis individuais

– As demonstrações contábeis individuais estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

– Os pronunciamentos, interpretações e orientações do CPC estão convergentes às normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB. Dessa forma, as demonstrações contábeis individuais não apresentam diferenças em relação às consolidadas em IFRS, exceto pela manutenção do ativo diferido, conforme previsto no CPC 43 (R1), aprovado pela Resolução CFC nº 1.315/10. As reconciliações do patrimônio líquido e resultado da controladora com o consolidado estão na nota explicativa 5.1.1.

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada, em 22 de março de 2017, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

4.1. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado – DVA apresentam informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado e para fins de IFRS são apresentadas como informação adicional.

4.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Gaspetro e de sua controlada é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

As demonstrações contábeis foram preparadas em reais, sendo que o real é a moeda funcional da Companhia e de sua controlada.

5. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis apresentadas.

5.1. Base de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas abrangem informações da Gaspetro e de sua controlada.

O controle é obtido quando a Gaspetro possui: i) poder sobre a investida; ii) exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e iii) a capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

As empresas subsidiárias e controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir, utilizando práticas contábeis consistentes às adotadas pela Companhia.

A nota explicativa 11.1 apresenta a Companhia consolidada, juntamente com os demais investimentos diretos.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua função, complementada com as eliminações das operações realizadas entre empresas consolidadas, bem como dos saldos e resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas.

5.1.1. Reconciliação do patrimônio líquido e lucro líquido do consolidado com o da controladora

	Patrimônio líquido		Lucro líquido	
	2016	2015	2016	2015
Consolidado – IFRS / CPC	1.864.772	1.779.847	295.632	531.880
Patrimônio de acionistas não controladores	–	–	–	(104.307)
Despesas diferidas líquidas de IR	2.691	3.624	(933)	(1.769)
Controladora – CPC	<u>1.867.463</u>	<u>1.783.471</u>	<u>294.699</u>	<u>425.804</u>

5.2. Instrumentos financeiros

5.2.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

5.2.2. Contas a receber

São contabilizados inicialmente pelo valor justo da contraprestação a ser recebida e, posteriormente, mensurados pelo custo amortizado, com uso do método da taxa de juros efetiva, sendo deduzidas as perdas em crédito de liquidação duvidosa.

A Companhia reconhece as perdas em créditos de liquidação duvidosa quando existe evidência objetiva de perda no valor recuperável, como resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, que impactam os fluxos de caixa futuros estimados e que possam ser confiavelmente estimadas. A perda é reconhecida no resultado como despesa de vendas.

5.2.3. Financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado utilizando método de juros efetivos.

5.3. Investimentos societários

Coligada é a entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa, definida como o poder de participar na elaboração das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas. A definição de controle é apresentada na nota explicativa 5.1.

Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Enquanto em uma operação em conjunto, as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e obrigações sobre os passivos relacionados ao negócio, em um empreendimento controlado em conjunto, as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Nas demonstrações individuais, os investimentos em entidades Coligada, Controladas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método da equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua Coligada, Empreendimento Controlado em Conjunto e Controlada.

Os dividendos recebidos provenientes desses investimentos societários são registrados como uma redução do valor dos respectivos investimentos.

5.4. Combinação de negócios e goodwill

O método de aquisição é aplicado para as transações onde ocorre a obtenção de controle. Transações envolvendo empresas sob controle comum não configuram uma combinação de negócios.

O referido método requer que os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos sejam mensurados pelo seu valor justo. O montante pago, acima desse valor deve ser reconhecido como ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Quando o custo de aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, um ganho proveniente de compra vantajosa é reconhecido no resultado.

5.5. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição ou custo de construção, que compreende também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

As peças de reposição e sobressalentes com vida útil superior a um ano e que só podem ser utilizados em conexão com itens do ativo imobilizado são reconhecidos e depreciados junto com o bem principal.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos, quando diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Os terrenos não são depreciados. Os outros bens do imobilizado são depreciados pelo método linear com base nas vidas úteis estimadas, que estão demonstradas por classe de ativo na nota explicativa 12.

5.6. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*). É composto por direitos e concessões que incluem, principalmente, concessões de serviços públicos, além de *softwares* e ágio (mais valia) decorrente de aquisição de participação com controle. Nas demonstrações contábeis individuais, este ágio é apresentado no investimento.

5.7. Ativo financeiro de concessão

No final do período de concessão da distribuição do gás, os bens e instalações vinculados ao serviço serão revertidos ao Poder Concedente, mediante reembolso. A Companhia terá o direito de ressarcimento relativo aos investimentos realizados, observados os valores contábeis residuais e a data de sua incorporação ao patrimônio do Estado. Esses valores residuais são apresentados ao valor presente.

5.8. Redução ao valor recuperável de ativos - *Impairment*

A Companhia avalia os ativos do imobilizado e do intangível quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) oriundos de uma combinação de negócios, têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicativos de perda de valor.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos, considerando as melhores estimativas da Companhia. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam a taxa de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último plano estratégico divulgado pela Petrobras, custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos.

A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, exceto com relação à redução no valor do ágio (*goodwill*).

5.9. Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos incluindo benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente nas demonstrações financeiras, exceto quando a realização do ganho é praticamente certa.

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, porém são objetos de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

5.10. Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na lei 12.973/14 a partir do exercício de 2015.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável aplicando-se as alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos valores reconhecimentos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, na data do período que está sendo reportado. Impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção em que o lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Quando da existência de ativo fiscal diferido líquido, situação esta que ocorre quando o valor do ativo fiscal diferido supera o valor reconhecido como passivo fiscal diferido, relacionados ao mesmo ente contribuinte, o reconhecimento baseia-se em estudo técnico de rentabilidade futura, aprovado pela Administração da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados mediante aplicação das alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, por contribuinte, quando existe direito à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributo sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária na mesma entidade tributável.

5.11. Capital social e remuneração aos acionistas

O capital social está representado por ações ordinárias e preferenciais.

Quando proposta pela Companhia a remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

A política de dividendos da Companhia está descrita na nota explicativa 17.5.

5.12. Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre vendas e serviços.

A receita pela venda de gás natural é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade do gás são transferidos para o consumidor. Portanto, a Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao consumidor. Assim sendo, a Companhia reconhece como receita, o volume de gás efetivamente fornecido no mês, cujo faturamento aos clientes ocorrerá, parte no próprio mês e parte no mês subsequente.

Conforme o ICPC 01 (R1), os valores investidos na construção da infraestrutura necessária para a distribuição do gás canalizado, registrados no ativo intangível, devem ser considerados como serviço prestado ao Poder Concedente. No momento da entrada em operação da infraestrutura é realizada a contabilização da receita pelo mesmo valor do investimento como serviço prestado ao Poder Concedente, ou seja, não há nenhuma margem para construção da infraestrutura.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras e títulos públicos, despesas com juros sobre empréstimos concedidos e financiamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas.

As receitas, custos e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

As despesas com juros sobre empréstimos concedidos e financiamentos, além das variações cambiais e monetárias líquidas, são reconhecidas pelo regime de competência.

6. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela administração e cujos resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

6.1. Definição das unidades geradoras de caixa para teste de recuperabilidade dos ativos (*impairment*)

Os investimentos em coligada e empreendimentos controlados em conjunto, incluindo o ágio (*goodwill*), são testados individualmente para fins de avaliação da sua recuperabilidade.

6.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Gaspetro com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentados na nota explicativa 23.

6.3. Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações contábeis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) para o Sistema Petrobras, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração.

A movimentação do imposto de renda e contribuição diferidos estão apresentados na nota explicativa 16.2.

6.4. Perdas em crédito de liquidação duvidosa

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. As evidências de perdas consideradas na avaliação incluem: casos de dificuldades financeiras significativas, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 – Empresa do Sistema Petrobras

7. Novas normas e interpretações

a) IASB - International Accounting Standards Board

As principais normas emitidas pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2016 são as seguintes:

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
IFRS 15 - "Receitas de Contrato com Clientes"	Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos.	1º de janeiro de 2018
IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros"	Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Institui novos requisitos relacionados à contabilidade de <i>hedge</i> .	1º de janeiro de 2018
IFRS 16 - "Arrendamentos mercantis"	Contém princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores. Dentre as mudanças para arrendatários, o IFRS 16 eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamento mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros. Para os arrendadores, o IFRS 16 manterá a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais, requerida pelo IAS 17. Dessa forma, o IFRS 16 não deverá alterar substancialmente a forma como arrendamentos mercantis serão contabilizados por arrendadores, quando comparado ao IAS 17.	1º de janeiro de 2019

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Quanto às emendas e novas normas listadas acima, a Companhia está avaliando os impactos da aplicação em suas demonstrações contábeis consolidadas de exercícios futuros.

8. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Caixa e bancos	3.199	2.114	1	4
Aplicações financeiras de curto prazo - No País				
Fundos de investimentos DI	-	582	-	582
Total das aplicações financeiras de curto prazo	-	582	-	582
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.199</u>	<u>2.696</u>	<u>1</u>	<u>586</u>

Os fundos de investimentos representam aplicações financeiras de renda fixa, com prazo de até 3 meses.

9. Contas a receber

9.1. Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Clientes				
Terceiros	44.746	60.849	-	4.930
Partes relacionadas (Nota explicativa 15)	137.822	131.256	109.393	82.785
Recebíveis de ativos financeiros (a)	<u>122.767</u>	<u>162.046</u>	<u>49.772</u>	<u>69.146</u>
	305.335	354.151	159.165	156.861
Perdas em créditos de liquidação duvidosa - PLCD	<u>(10.536)</u>	<u>(9.898)</u>	-	-
	<u>294.799</u>	<u>344.253</u>	<u>159.165</u>	<u>156.861</u>
Circulante	239.283	288.356	159.165	156.861
Não circulante	55.516	55.897	-	-

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 24.3.

a) Recebíveis de ativos financeiros

Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

A exposição da Companhia ao risco de crédito associado aos clientes está divulgada na nota explicativa 24.3.

9.2. Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa - PCLD

	Consolidado	
	2016	2015
Saldo inicial	(9.898)	(10.374)
Adições	(1.335)	(694)
Baixas	697	1.144
Baixas por recebimento de clientes	-	26
Saldo final	<u>(10.536)</u>	<u>(9.898)</u>

10. Ativo financeiro de concessão

	Consolidado	
	2016	2015
Ativo não circulante		
Servidão de passagem	5.057	11.697
Terrenos	322	692
Redes	18.218	32.175
Edificações	1.014	1.867
Estações	810	1.294
	<u>25.421</u>	<u>47.725</u>

11. Investimentos

11.1. Investimentos diretos (Controladora)

	% de Participação direta da Gaspetro	% no Capital votante	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício / período (*)
Empresa Consolidada				
Subsidiária e controlada				
Gas Brasileiro Distribuidora S.A. (1)	100,00%	100,00%	504.005	82.677
Empreendimentos controlados em conjunto (2)				
Gás de Alagoas S.A. – ALGÁS (1)	41,50%	24,50%	76.936	23.524
Companhia de Gás da Bahia – BAHIAGÁS (1)	41,50%	24,50%	533.149	127.278
CEG RIO S.A. (1)	37,41%	26,19%	337.577	63.230
Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS (1)	41,50%	24,50%	168.299	61.894
Companhia Paranaense de Gás – COMPAGÁS (1)	24,50%	24,50%	298.802	(3.789)
Companhia Maranhense de Gás – GASMAR (2)	23,50%	21,00%	22.986	25.130
Companhia Paraibana de Gás – PBGÁS (2)	41,50%	24,50%	68.924	7.601
Companhia Potiguar de Gás – POTIGÁS (2)	83,00%	49,00%	(3.375)	7.722
Companhia de Gás Est. Mato Grosso do Sul – MSGÁS (2)	49,00%	49,00%	34.654	14.780
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS (1)	41,00%	23,00%	351.026	96.031
Empresa Sergipana de Gás – SERGÁS (2)	41,50%	24,50%	46.942	6.304
Companhia Pernambucana de Gás – COPERGÁS (1)	41,50%	24,50%	288.783	69.451
Companhia de Gás do Rio Grande do Sul – SULGÁS (1)	49,00%	49,00%	213.762	126.148

(1) Para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência na Gaspetro, relativa aos empreendimentos controlados em conjunto foram utilizadas demonstrações contábeis para o período de 12 meses findo em 30 de novembro de 2016.

(2) Auditadas na extensão julgada suficiente pelos mesmos auditores da controladora, conforme NBC-TA 600.

(3) Possuem auditoria independente contratada, mas não apresentam opinião sobre as demonstrações contábeis auditadas para o período findo em 30 de novembro de 2016.

11.2. Mutações dos investimentos (Controladora)

	Saldo em 31.12.2015	Resultado de participação em investimentos (*)	Dividendos e JSCP	Aporte de capital	Impairment	Amortização	Saldo em 31.12.2016
Subsidiária e controlada							
Gas Brasileiro Distribuidora S.A. (a)	535.692	29.562	(67.343)	-	-	(1.646)	496.265
Empreendimentos controlados em conjunto							
Companhia de Gás da Bahia - BAHIAGÁS (a)	289.824	57.477	(38.717)	-	-	-	308.584
Companhia de Gás do Rio Grande do Sul - SULGÁS (a)	111.797	65.004	(39.218)	-	-	-	137.583
Companhia de Gás de Santa Catarina SCGÁS (a)	142.686	45.464	653	-	-	-	188.803
Outras participações (a)	<u>581.185</u>	<u>122.977</u>	<u>(57.441)</u>	<u>402</u>	<u>(402)</u>	-	<u>646.721</u>
Total dos investimentos	<u>1.661.184</u>	<u>320.484</u>	<u>(202.066)</u>	<u>402</u>	<u>(402)</u>	<u>(1.646)</u>	<u>1.777.956</u>

(a) O saldo inicial inclui a reclassificação do ágio do ativo intangível para o investimento em função do parágrafo 38 do IAS 31 e seu correspondente CPC 19 (R1), sendo registrado na Gasbrasilião o ágio (mais valia) no valor de R\$ 21.259 e nos empreendimentos em conjunto o ágio (*goodwill*) no valor de R\$ 204.103.

11.3. Informações sobre a controlada

Gas Brasileiro Distribuidora S.A. - Constituída em 18 de janeiro de 2003, tem por objeto social preponderante a exploração, mediante concessão, dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do Estado de São Paulo, para atendimento dos setores industrial, residencial, comercial, gás natural veicular, termo geração e cogeração. O Contrato de Concessão foi assinado em 10 de dezembro de 1999 entre o Poder Concedente (representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP) e a Gas Brasileiro, com prazo de vigência de 30 anos, podendo ser prorrogado por uma única vez por 20 anos, mediante requerimento da Gas Brasileiro.

11.4. Informações contábeis resumidas de empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

A Companhia investe em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas no país, cuja atividade, basicamente, está relacionada à distribuição de gás. As informações contábeis resumidas são as seguintes:

	2016						
	Bahiagás	Ceg-Rio	Scgás	Copergás	Sulgás	Outros empreendimentos controlados em conjunto	Total
Ativo Circulante	321.729	302.250	171.453	229.856	222.684	532.448	1.780.420
Ativo Realizável a Longo Prazo	27.016	29.906	168.647	73.403	47.617	332.529	679.118
Imobilizado	-	-	-	-	-	2.765	2.765
Intangível	306.483	585.431	198.355	209.675	162.565	646.673	2.109.182
Outros ativos não circulantes	-	-	2	-	13	1.472	1.487
	<u>655.228</u>	<u>917.587</u>	<u>538.457</u>	<u>512.934</u>	<u>432.879</u>	<u>1.515.887</u>	<u>4.572.972</u>
Passivo circulante	113.749	294.733	159.664	135.493	137.963	424.759	1.266.361
Passivo não circulante	8.330	285.277	27.767	88.658	81.154	376.960	868.146
Patrimônio líquido	<u>533.149</u>	<u>337.577</u>	<u>351.026</u>	<u>288.783</u>	<u>213.762</u>	<u>714.168</u>	<u>2.438.465</u>
	<u>655.228</u>	<u>917.587</u>	<u>538.457</u>	<u>512.934</u>	<u>432.879</u>	<u>1.515.887</u>	<u>4.572.972</u>
Receita operacional líquida	1.449.388	1.926.721	641.137	906.500	604.992	1.693.012	7.221.750
Lucro líquido do exercício	127.278	63.230	96.031	69.451	126.148	143.166	625.304
Percentual de participação - %	41,50%	37,41%	41,00%	41,50%	49,00%	23,5% a 83,0%	

	2015							
	Bahiagás	Ceg-Rio	Scgás	Copergás	Sulgás	Outros empreendimentos controlados em conjunto	Coligada (*)	Total
Ativo Circulante	339.408	540.743	86.132	235.169	138.228	632.579	-	1.972.259
Ativo Realizável a Longo Prazo	26.514	27.722	120.892	13.998	41.234	116.892	-	347.252
Imobilizado	-	-	-	-	-	308.171	-	308.171
Intangível	290.361	554.413	208.111	194.098	158.895	379.530	-	1.785.408
Outros ativos não circulantes	-	-	2	-	49	2.057	-	2.108
	<u>656.283</u>	<u>1.122.878</u>	<u>415.137</u>	<u>443.265</u>	<u>338.406</u>	<u>1.439.229</u>	-	<u>4.415.198</u>
Passivo Circulante	122.872	471.871	186.889	202.254	113.535	465.020	-	1.562.441
Passivo Não Circulante	5.708	350.856	5.905	11.348	72.145	309.023	-	754.985
Patrimônio Líquido	<u>527.703</u>	<u>300.151</u>	<u>222.343</u>	<u>229.663</u>	<u>152.726</u>	<u>665.186</u>	-	<u>2.097.772</u>
	<u>656.283</u>	<u>1.122.878</u>	<u>415.137</u>	<u>443.265</u>	<u>338.406</u>	<u>1.439.229</u>	-	<u>4.415.198</u>

	2015							
	Bahiagás	Ceg-Rio	Scgás	Copergás	Sulgás	Outros empreendimentos controlados em conjunto	Coligada (*)	Total
Receita Operacional Líquida	1.474.345	3.038.927	687.733	735.357	1.178.265	2.776.552	9.934	9.901.113
Lucro Líquido do Exercício	130.901	87.843	4.745	52.171	65.721	81.736	5.564	428.681
Percentual de participação - %	41,50%	37,41%	41,00%	41,50%	49,00%	23,5% a 83,0%	25%	

(*) Refere-se a TSB, vertida para o patrimônio líquido da Logigás (nota explicativa 2.1.)

12. Imobilizado

12.1. Por tipo de ativos

	Consolidado					Controladora
	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Gasodutos e equipamentos de transporte TBG	Ativos em construção	Total	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2015	9.908	56.376	2.224.311	20.473	2.311.068	857
Adições	-	79	-	56.549	56.628	-
Reorganização societária (2)	(5.980)	(55.494)	(2.110.414)	(43.238)	(2.215.126)	(857)
Baixas	-	(55)	-	-	(55)	-
Transferências (2)	-	3.029	33.218	(33.784)	2.463	-
Depreciação	(1.060)	(3.237)	(147.115)	-	(151.412)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>2.868</u>	<u>698</u>	-	-	<u>3.566</u>	-
Custo	4.277	1.844	-	-	6.121	-
Depreciação acumulada	(1.409)	(1.146)	-	-	(2.555)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>2.868</u>	<u>698</u>	-	-	<u>3.566</u>	-
Depreciação	(390)	(345)	-	-	(735)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>2.478</u>	<u>353</u>	-	-	<u>2.831</u>	-
Custo	4.277	1.664	-	-	5.941	-
Depreciação acumulada	(1.799)	(1.311)	-	-	(3.110)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>2.478</u>	<u>353</u>	-	-	<u>2.831</u>	-
Tempo de vida útil médio ponderado em anos	4 a 20	5				

(1) Inclui transferências para outras contas patrimoniais.

(2) Inclui a transferência do imobilizado da TBG para a Logigás devido a cisão da Gaspetro em 10 de dezembro de 2015 (nota explicativa nº 2.2).

12.2. Abertura por tempo de vida útil estimada – Consolidado

	Edificações e benfeitorias, equipamentos e outros bens		
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo em 31.12.2016
até 5 anos	1.664	(1.311)	353
16 - 20 anos	<u>4.277</u>	<u>(1.799)</u>	<u>2.478</u>
	<u>5.941</u>	<u>(3.110)</u>	<u>2.831</u>
Edificações e benfeitorias	4.277	(1.799)	2.478
Equipamentos e outros bens	1.664	(1.311)	353

13. Intangível

13.1. Por tipo de ativos

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 – Empresa do Sistema Petrobras

Reserva estatutária “ativo excluído”

Com valor limitado a R\$ 200.000, será constituída com os montantes apurados pela Companhia de ativos excluídos (somatório dos impostos em litígio, depósitos judiciais e notas do tesouro nacional) e que será resgatada pelo detentor da ação preferencial classe “B”, na medida em que os respectivos ativos excluídos sejam efetivamente recebidos.

O acordo de acionista da Companhia prevê que, em uma periodicidade não superior a 6 (seis) meses, os acionistas devem destinar a esta reserva todos e quaisquer judiciais e notas do tesouro nacional em decorrência dos “ativos excluídos”, inclusive valores relativos às atualizações monetárias dos “ativos excluídos”, sempre líquidos de quaisquer tributos incidentes sobre estes ativos.

O acordo de acionista prevê que os acionistas comprometem-se a votar na assembleia geral no sentido de distribuir à Petrobras, na qualidade de única titular de ações preferenciais, a totalidade de qualquer valor pecuniariamente recebido oriundos das reservas estatutárias constituídas. Os saldos relativos às reservas estatutárias constituídas e ainda não liquidadas estão apresentadas como obrigações estatutárias no passivo não circulante, considerando que, à luz do CPC 39 – Instrumento financeiro: apresentação, aprovado pela NBC_TG 39, tais valores constituem instrumentos financeiros e não instrumentos patrimoniais.

c) Reserva especial

Constituída com base nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para registrar os lucros que deixarem de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir a situação financeira da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 20 de maio de 2015, foi aprovada a incorporação do saldo da reserva especial, constituída em 2014, no montante de R\$ 767.000.

17.5. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O estatuto prevê que o Conselho de Administração poderá aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

A ação preferencial “A” receberá exclusivamente dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nas receitas advindas da prestação de garantias “REPETRO” (nota explicativa 15.2) efetivamente recebidas, líquido de qualquer tributo incidente sobre esta receita.

A ação preferencial “B” receberá exclusivamente dividendos fixos prioritários resultantes dos lucros da Companhia em valores calculados com base nos montantes apurados e efetivamente recebidos pela monetização dos “ativos excluídos”, líquido de qualquer tributo incidente sobre estes ativos.

A proposta do dividendo relativo ao exercício de 2016, que está sendo encaminhado pela administração da Gaspetro à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária de 2016, no montante de R\$ 134.600, atende aos direitos garantidos aos acionistas.

Demonstração do lucro básico para cálculo de dividendos:

	2016
Lucro líquido do exercício (Controladora)	294.699
Apropriação:	
Reserva legal	<u>(14.735)</u>
Lucro básico para determinação do dividendo	<u>279.964</u>
Dividendos mínimos obrigatórios – Preferencialista "A"	(12.672)
Dividendos mínimos obrigatórios – Preferencialista "B"	(196)
Juros sobre o capital próprio imputado ao dividendo mínimo	(55.854)
Dividendos mínimos obrigatórios	(9.843)
Dividendos adicionais propostos	<u>(56.035)</u>
Total de dividendos propostos	<u>(134.600)</u>
Dividendos obrigatórios – acionista preferencialista "A"	(12.672)
Dividendos mínimos	(9.843)
Juros sobre capital próprio	(55.854)
Dividendos adicionais	(56.035)
Reserva legal	(14.735)
Reserva especial	(138.601)
Reserva estatutária	<u>(6.959)</u>
Total da destinação do resultado	<u>(294.699)</u>

Os dividendos propostos em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 134.600, incluem juros sobre o capital próprio no total de R\$ 55.854, aprovado pelo Conselho de Administração em 19 de dezembro de 2016.

Os juros sobre o capital próprio distribuídos antecipadamente em 2016 serão descontados dos dividendos propostos para este exercício. O saldo de dividendos propostos serão pagos na data a que vier a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas e terão seus valores atualizados monetariamente a partir de 31 de dezembro de 2016 até a data de pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, conforme estabelecido na Lei 9.249/95. Esses juros foram imputados aos dividendos do exercício, e contabilizados no resultado, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 8.378.

17.6. Resultado por ação

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Gaspetro	295.632	427.573	294.699	425.804
Quantidade de ações ordinárias e preferenciais	110.995	110.995	110.995	110.995
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária e preferencial (R\$ por ação)	2,66	3,85	2,66	3,84

18. Receita de vendas e serviços

	Consolidado			
	2016	2015	2016	2015
Receita bruta de vendas	424.413	396.468		
Encargos de vendas	<u>(90.189)</u>	<u>(84.258)</u>		
Receita de vendas	<u>334.224</u>	<u>312.210</u>		
Receita bruta de serviços	-	1.584.301		
Encargos sobre serviços	-	<u>(236.759)</u>		
Receita de serviços	-	<u>1.347.542</u>		
Receita de vendas e serviços	<u>334.224</u>	<u>1.659.752</u>		

19. Outras receitas (despesas) líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
(Perdas)/Ganhos com processos judiciais	(698)	(36.989)	(124)	(36.246)
Subvenções e assistências governamentais	-	(8)	-	-
Dividendos recebidos (GTB)	-	20.698	-	20.698
Ressarcimento pessoal cedido	961	(451)	961	(451)
Penalidade contrato take or pay	(5.195)	-	-	-
Outros	<u>(2.325)</u>	<u>(1.032)</u>	<u>(454)</u>	-
	<u>(7.257)</u>	<u>(17.782)</u>	<u>383</u>	<u>(15.999)</u>

20. Custos e Despesas por natureza

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Matéria-prima e produtos para revenda	(208.690)	(224.575)	-	-
Gastos com pessoal	(33.418)	(127.103)	(14.393)	(15.711)
Depreciação e amortização	(16.233)	(169.181)	(1.646)	(1.646)
Variação nos estoques	46	(663)	-	-
Materiais, fretes, alugueis e outros	(33.266)	(126.154)	(12.584)	(12.182)
Serviços de terceiros	(18.336)	(30.045)	(4.313)	-
Tributárias	(10.043)	(10.745)	(9.432)	(9.810)
(Perdas)/Ganhos com processos judiciais	(698)	(36.989)	(124)	(36.246)
Perdas em crédito de liquidação duvidosa	(638)	476	-	-
Subvenções e assistências governamentais	-	(8)	-	-
Penalidade contrato take or pay	(5.195)	-	-	-
Dividendos recebidos (GTB)	-	20.698	-	20.698
	<u>(326.471)</u>	<u>(704.289)</u>	<u>(42.492)</u>	<u>(54.897)</u>

Na Demonstração do Resultado				
Custo dos produtos e serviços prestados	(246.074)	(543.886)	-	-
Despesas com vendas	(11.254)	(8.821)	-	-
Despesas gerais e administrativas	(51.843)	(123.055)	(33.443)	(29.088)
Tributárias	(10.043)	(10.745)	(9.432)	(9.810)
Perda no valor de recuperação de ativos – <i>Impairment</i>	-	-	-	-
Outras (despesas) receitas, líquidas	<u>(7.257)</u>	<u>(17.782)</u>	<u>383</u>	<u>(15.999)</u>
	<u>(326.471)</u>	<u>(704.289)</u>	<u>(42.492)</u>	<u>(54.897)</u>

21. Resultado financeiro líquido

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Variações cambiais e monetárias s/ endividamento líquido	-	(439.406)	-	109.276
Despesa com endividamentos	-	(57.356)	-	-
Receita com aplicações financeiras	<u>585</u>	<u>4.423</u>	<u>349</u>	<u>347</u>
Resultado financeiro sobre endividamento líquido	585	(492.339)	349	109.623
Receita com recebíveis de ativos financeiros	27.299	76.252	14.697	40.606
Outras despesas e receitas financeiras líquidas	(4.029)	29.981	20.205	71.946
Outras variações cambiais e monetárias líquidas	<u>(7.873)</u>	<u>(56.669)</u>	<u>(2.899)</u>	<u>(18.164)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>15.982</u>	<u>(442.775)</u>	<u>32.352</u>	<u>204.011</u>
Receitas	48.599	112.631	35.259	113.199
Despesas	(24.744)	(59.331)	(8)	(300)
Variações cambiais e monetárias, líquidas	<u>(7.873)</u>	<u>(496.075)</u>	<u>(2.899)</u>	<u>91.112</u>
	<u>15.982</u>	<u>(442.775)</u>	<u>32.352</u>	<u>204.011</u>

22. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2016	2015	2016	2015
Valores pagos e recebidos durante o exercício				
Imposto de renda e contribuição social	16.243	131.230	3.388	57.256
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	12.467	46.022	12.310	8.948

23. Processos judiciais e contingências

23.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia constituiu provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e confiavelmente estimáveis.

Os valores provisionados são os seguintes:

	Consolidado			
	31.12.2016	31.12.2015	2016	2015
Passivo não circulante				
Trabalhistas	1.349	955		
Fiscais	2.108	1.936		
Cíveis	<u>6.574</u>	<u>7.274</u>		
	<u>10.031</u>	<u>10.165</u>		
Saldo inicial	10.165	50.274		
Adições (Baixas), líquidas	(134)	5.470		
Reorganização societária (nota explicativa 2.2)	-	<u>(45.579)</u>		
Saldo final	<u>10.031</u>	<u>10.165</u>		

23.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ativo não circulante				
Trabalhistas	78	367	78	367
Fiscais	1.410	1.179	1.410	1.179
Cíveis	845	168	845	168
	<u>2.333</u>	<u>1.714</u>	<u>2.333</u>	<u>1.714</u>

23.3. Passivos contingentes

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor de saída de recursos, para o qual, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2016 para os quais a probabilidade de perda é considerada possível são apresentadas na tabela a seguir:

	Natureza		Consolidado
			2016
Cíveis			<u>79.130</u>
			<u>79.130</u>

O quadro a seguir detalha a principal causa de natureza de natureza cível, cuja expectativa de perda está classificada como possível.

Descrição dos processos de natureza cível

Autor: Estado de Santa Catarina e CELESC

1) Ação proposta pelo Estado de Santa Catarina contra SCGÁS, GASPETRO e MITSUI em decorrência de suposta retirada do controle societário do Estado da SCGÁS, bem como a ampliação desproporcional na distribuição dos respectivos dividendos.

Situação atual: sentença em dezembro de 2015, acatando a integralidade dos pedidos do Estado de Santa Catarina. Foram interpostos recursos de apelação. Autos recebidos pelo Ministério Público em novembro de 2016.

2) Processos diversos de natureza cível	1.622
Total dos processos de natureza cível	79.130

23.4. Contingências Ativas

23.4.1. Recuperação de PIS e COFINS

A Companhia ajuizou ação ordinária contra a União referentes à recuperação, por meio de compensação, dos valores recolhidos a título de PIS sobre receitas financeiras e variações cambiais ativas, no período compreendido entre fevereiro de 1999 e dezembro de 2002, e COFINS compreendido entre fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, considerando a inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 9 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucional o mencionado § 1º do art. 3º da Lei 9.718/98.

Em 9 de janeiro de 2006, devido à decisão definitiva do STF, a Gaspetro ajuizou nova ação visando recuperar os valores de COFINS referentes ao período de janeiro de 2003 a janeiro de 2004.

Em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$ 101.402, relativo à citada ação, está refletido como impostos em litígio nestas demonstrações contábeis em razão da decisão transitada em julgado em 2014.

24. Gerenciamento de riscos

A gestão da Gaspetro é realizada por seus diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre os seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da Companhia e suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

24.1. Risco cambial

No que se refere ao gerenciamento dos riscos cambiais, é feito de forma corporativa pela controladora Petrobras, que busca identificá-los e tratá-los de forma integrada, visando garantir alocação eficiente dos recursos destinados à proteção patrimonial.

O risco cambial decorre da possibilidade de oscilações de taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para a aquisição de equipamentos ou serviços e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente essas oscilações, procurando renegociar suas dívidas na medida em que essas impactam significativamente seus fluxos financeiros.

24.2. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas seguem as orientações corporativas para as empresas do sistema Petrobras.

24.3. Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade saque ou resgate dos valores depositados e da possibilidade do não recebimento dos investimentos em recebíveis de ativos financeiros. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2016. Também é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e investimentos em recebíveis de ativos financeiros são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

As Companhias distribuidoras de gás natural (“Distribuidoras”) estão expostas a possibilidade das perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes em operações de “Take or Pay

Petrobras Gás S.A.

CNPJ Nº 42.520.171/0001-91 – Empresa do Sistema Petrobras

Conselho de Administração

MARCO ANTONIO MARTINS ALMEIDA

Presidente

HIROKI TOKO

Conselheiro

IVAN DE SOUZA MONTEIRO

Conselheiro

TOSHIYA ASAHI

Conselheiro

FÁBIO MITSUO FUKUJIMA GOTO

Conselheiro

VITOR CALAZANS BARONI

Conselheiro

Diretoria Executiva

ANGÉLICA GARCIA COBAS LAUREANO

Presidente

ROGÉRIO SOARES LEITE

Diretor Corporativo

TOKUJI MORIMOTO

Diretor Financeiro

LUIZ CELSO OLIVEIRA ANDRADE

Diretor Operacional

BRUNO PASSOS DA SILVA MELO

Contador CRC-RJ-089192/O-0

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionista

Petrobras Gás S.A. - Gaspetro

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro (a "Companhia" ou "Controladora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Examinamos também as demonstrações contábeis consolidadas da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro e sua controlada em 31 de dezembro de 2016, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Demonstrações contábeis individuais

Conforme descrito na Nota 4, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Petrobras Gás S.A. - Gaspetro, essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere a manutenção do diferido. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Operação Lava Jato

Chamamos atenção para a Nota 3 às demonstrações contábeis, na qual a Companhia descreve os fatos relacionados à Operação Lava Jato e como os mesmos se refletem em suas operações e nas demonstrações contábeis da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a este assunto.

Transações com partes relacionadas

Chamamos a atenção para as Notas 1 e 15 às demonstrações contábeis, que descrevem que as operações da Companhia são basicamente efetuadas com empresas do Sistema Petrobras e, portanto, estas demonstrações contábeis devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.


Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2017

 **Pricewaterhouse Coopers**
Auditores Independentes
 CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ

Christiano Augusto Beleze dos Santos
 Contador - CRC 1SP219266/O-7 "S" RJ

Parecer do Conselho Fiscal

1. O Conselho Fiscal da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, no exercício de suas funções legais e estatutárias, tomou conhecimento do Relatório Anual de Atividades da Administração e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis, da Petrobras Gás S.A. – GASPETRO ("Individuais e Consolidadas"), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial, as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, assim como as notas explicativas. As Demonstrações Contábeis consolidadas foram elaboradas de acordo com os padrões internacionais de demonstrações contábeis (IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB e também de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil. As Demonstrações Contábeis individuais foram elaboradas com base nas práticas contábeis previstas na Legislação Societária Brasileira, complementadas com pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC. As Demonstrações Contábeis estão acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, datado de 22 de março de 2017 e aprovadas na 732ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 22 de março de 2017. A Administração propôs a seguinte destinação a ser deliberada pela Assembleia Geral de Acionistas:

2. Para o lucro líquido da Controladora, no montante de R\$ 294.698.898,69 (duzentos e noventa e quatro milhões, seiscentos e noventa e oito mil, oitocentos e noventa e oito reais e sessenta e nove centavos), que considera a constituição de reserva legal no montante de R\$ 14.734.944,93 (quatorze milhões, setecentos e trinta e quatro mil, novecentos e quarenta quatro reais e noventa e três centavos); o complemento da reserva estatutária "Ativos Excluídos" em R\$ 6.959.364,33 (seis milhões, novecentos e cinquenta e nove mil, trezentos e sessenta e quatro reais e trinta e três centavos); a distribuição de dividendos do exercício de R\$ 134.403.751,03 (cento e trinta e quatro milhões, quatrocentos e três mil, setecentos e cinquenta e um reais e três centavos) sendo: R\$ 12.671.666,14 (doze milhões, seiscentos e setenta e um mil, seiscentos e sessenta e seis reais e quatorze centavos) de dividendos prioritários para o acionista detentor de ação preferencial "A"; R\$ 65.697.482,38 (sessenta e cinco milhões, seiscentos e noventa e sete mil, quatrocentos e oitenta e dois reais e trinta e oito centavos) de dividendos para os acionistas ordinários, estando incluídos nesse valor os juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 55.854.400,51 (cinquenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos reais e cinquenta e um centavos), e R\$ 56.034.602,50 (cinquenta e seis milhões, trinta e quatro mil, seiscentos e dois reais e cinquenta

centavos) de dividendos adicionais; e a transferência do saldo remanescente para reserva especial, no valor de R\$ 138.600.838,40 (cento e trinta e oito milhões, seiscentos mil, oitocentos e trinta e oito reais e quarenta centavos); e da proposta de pagamento de dividendos ao detentor de ação preferencial "B" no valor de R\$ 196.248,98 (cento e noventa e seis mil, duzentos e quarenta e oito reais e noventa e oito centavos), com base na respectiva reserva estatutária. O saldo de dividendos propostos serão pagos na data a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas e terão seus valores atualizados monetariamente a partir de 31 de dezembro de 2016 até a data de pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

3. Da análise sobre a situação financeira da Companhia em face da constituição da reserva especial no valor de R\$ 138.600.838,40 (cento e trinta e oito milhões, seiscentos mil, oitocentos e trinta e oito reais e quarenta centavos), constituída com base nos parágrafos 4º e 5º do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, para registrar os lucros que deixarem de ser distribuídos e que, se não absorvidos por prejuízos de exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos, assim que permitir a situação financeira da Companhia.

4. Considerando o trabalho de acompanhamento da Companhia desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, a opinião emitida sem ressalvas dos auditores independentes da PricewaterhouseCoopers, as informações prestadas pelos integrantes da Administração da Empresa e complementadas com comentários sobre o seu desempenho, assegurando que as Demonstrações Contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro em 31 de dezembro de 2016, o Conselho Fiscal, por unanimidade, opinou que o Relatório Anual de Atividades da Administração, as Demonstrações Contábeis, bem como a proposta de Destinação de Resultado, estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Rio de Janeiro, 23 de março de 2017.

Vitor Hill de Oliveira Alves Pessoa

Conselheiro

Elisabete Penha Maia

Conselheira

Charles Carvalho Guedes

Presidente